

Brevíssima História Política de Portugal

Pedro Ary Ferreira da Cunha

aryfcunha@gmail.com

Graduando da Fac. Direito Univ. Porto

Introdução

A falta clamorosa de conhecimentos históricos elementares dos nossos concidadãos não se deverá, certamente, à falta de fontes. Contudo, perguntamo-nos: haveria um texto que demorasse um quarto de hora a ler, ou pouco mais, capaz de sintetizar as principais linhas da evolução política de Portugal? Não o descobrimos. Por isso, e numa perspectiva de progressão cronológica, dando mais espaço aos eventos mais recentes, aqui tornamos público o nosso modestíssimo contributo, saudando outras visões que venham a surgir, no mesmo limite de tempo e páginas. Até por que, se se multiplicassem estes exercícios, muito se ganharia em cultura histórica. O autor desde já declara não ser historiador.

Origens

A região onde se encontra hoje o território da República Portuguesa é habitada há pelo menos quinhentos mil anos, primeiro pelos Neandertais e mais tarde pelos Homens modernos. O povo autóctone misturou-se com o povo celta que chegou à Península no século VII a.C., dando origem aos celtiberos. Até à invasão romana, houve ainda influências fenícias, gregas e cartaginesas que, sucessivamente dispuseram de entrepostos comerciais ao longo da costa.

Presença Romana

A presença romana impôs-se de forma violenta no séc. III a.C., no contexto das guerras Púnicas, e foi repelida violenta e prolongadamente pelos Lusitanos que, outrora divididos em tribos sem grandes laços político-militares, se uniram sob o comando de Viriato para combater o invasor. À conquista seguiu-se o processo de romanização e a integração plena no império. Durante seis séculos, a região esteve embebida nesse caldo cultural latino tendo-o absorvido sequiosamente. A presença romana trouxe o desenvolvimento da indústria, das infra-estruturas, das artes e do comércio, o crescimento das cidades, o Direito, a organização política, a língua e mais

tarde o cristianismo; factores chave para o esbatimento de diferenças étnicas e culturais existentes até então.

Presença Bárbara e Muçulmana

Com a queda do império romano, no séc. V, os povos bárbaros invadiram a península, mas acabaram por não ter em impacto muito significativo; até porque logo em 711 se deu uma nova invasão, desta vez por muçulmanos do Norte de África. A presença muçulmana trouxe novos conhecimentos em quase todas as áreas e deixou algumas marcas na cultura dos povos peninsulares, embora de forma heterogénea, mais a sul do que a norte, e fragmentária.

É aqui importante realçar a tolerância cultural de todos os povos que num período relativamente curto dominaram a região. Aos povos conquistados foram sempre reconhecidos amplos direitos e as transformações culturais verificadas ocorrem via da regra de forma pacífica e dialéctica num processo lento de diálogo intercultural e respeito pelas leis, usos e costumes.

Reconquista e Fundação do Reino

A reconquista gradual do território perdido pelos reis visigóticos, em apenas dois anos, dura até 1253, em Portugal, e até 1492, na região que hoje é o reino de Espanha e leva à criação dos reinos de Leão e Castela, e mais tarde de Navarra e Aragão, os quais cresciam e encolhiam em função do sucesso das respectivas campanhas militares. Esta cruzada trouxe à região cavaleiros de toda a Europa, entre os quais se destacou D. Henrique de Borgonha, a quem o rei de Leão e Castela oferece, no ano de 1096, em termos que ainda hoje não se encontram muito bem esclarecidos, o condado Portucalense, cujo território se estendia sensivelmente do Minho ao Mondego. Cedo D. Henrique começa a praticar actos de soberania sobre as pessoas e o território, acabando o seu filho, D. Afonso Henriques, por ser aclamado rei em 1139. A independência de Portugal é reconhecida, depois de numerosas batalhas, pelo rei de Leão e Castela no tratado de Zamora em 1143 e pelo Papa em 1179.

Em Portugal, a expansão territorial impulsionada pela coroa foi uma constante desde a sua fundação; daí que não tenha havido grandes espaço para a vigência de um sistema feudal. A forma de administração do território era bastante heterogénea, variando desde um regime de forte autonomia em algumas cidades, à concessão da administração de certas regiões a ordens religiosas, passando pela atribuição de terras a nobres como forma de pagamento pelos serviços prestados, entre muitas outras soluções.

Os monarcas portugueses eram em geral generosos no reconhecimento de direitos aos seus súbditos. Há pelo menos *fumus* de direitos de representação política nas cortes (as quais reuniram mais ou menos frequentemente até ao final do séc. XVII) permitindo ao rei ouvir vozes de todo o país, mas igualmente possibilitando a participação das três ordens sociais nas tomadas de decisão. Há quem assinale que a monarquia portuguesa foi inicialmente pactuada: *és rei se agires rectamente, se não o fizeres, não o serás* – seria a fórmula desse poder.

Expansão Marítima, ascensão

Nasce assim Portugal, uma das nações mais antigas da Europa, entre os reinos de Leão e Castela a leste e a norte, os territórios ocupados pelos muçulmanos a sul e o mar a ocidente. Combatendo pela independência em ambas as frentes, o que obrigava a um desdobramento militar e diplomático assinalável, foi a das ondas que lhe trouxe maiores glórias, tendo iniciado ainda no séc. XIV uma estratégia de expansão

marítima que “deu novos mundos ao mundo” e o transformou no primeiro e mais duradouro império colonial à escala planetária, com presença no Médio Oriente, na Índia, no Japão, na China, na América do Norte e na América Central e do Sul, e por toda a costa africana. Essa presença tinha objectivos essencialmente comerciais e operava-se através da conquista ou implantação pacífica em territórios no litoral. Aos objectivos comerciais somavam-se objectivos espirituais que incluíam a conversão das populações ao cristianismo.

A passagem da empresa da expansão territorial para a empresa dos descobrimentos favoreceu a centralização do poder na figura do rei e na cidade de Lisboa, cabeças de um império fragmentado. Lisboa era o principal porto do mundo e a principal porta de entrada dos frutos desta pré-globalização numa Europa que só agora levantava os olhos do seu próprio umbigo.

Expansão marítima, a queda

Mas a ganância e temeridade dos capitães das naus, a expulsão dos judeus no contexto da inquisição e a fuga de capitais e espírito de iniciativa, o desvio das rotas terrestres pelos turcos, a corrupção das autoridades, a dispersão do império e a insuficiência de meios humanos e militares, a centralização da iniciativa económica e consequente insipiência da classe burguesa, e uma prosperidade económica à qual não correspondeu um investimento em infra-estruturas ou em capital humano, bem com a entrada de novos competidores como a Espanha, a França, o Inglaterra e a Holanda, que atacavam os territórios e navios portugueses, pronunciou a decadência. A morte sem descendência de D. Sebastião, monarca português do final do séc. XVI, e o hábito dos anteriores reis portugueses cruzarem as sua linhagem com a dos reis espanhóis levou a uma crise de sucessão que acabou com Filipe II, rei de Espanha, a deter ambas as coroas. Portugal não perdeu a sua independência na teoria, mas gradualmente foi sendo menor o respeito dos reis espanhóis pelos portugueses e bem como o interesse na manutenção do império português. A união pessoal entre Portugal e Espanha durou 60 anos, entre 1580 e 1640, altura em que os portugueses pegaram em armas e expulsaram os representantes espanhóis, restaurando uma independência plena.

Iluminismo em Portugal

O império ganhou ainda novo folgo com a descoberta de ouro e a produção de açúcar do Brasil que compensou a diminuição dos lucros oriundos do comércio de especiarias, pedras preciosas, sedas e porcelanas a oriente e de escravos, ouro e marfim de África. Mas a opulência da corte não deixava muitos recursos para uma reestruturação da economia interna, sempre adiada graças ao dinheiro que vinha das colónias. A economia portuguesa encontrava-se fortemente dependente da Inglaterra, país de onde provinha grande parte das nossas importações, e tinha grandes dificuldades em produzir outros produtos, para além dos vinícolas, com qualidade e em quantidades compatíveis com a exportação.

O terramoto de 1755, um dos mais violentos alguma vez registados, devastou Lisboa, a capital do reino, e a reconstrução afastou meios de uma efémera tentativa de relançamento da indústria impulsionada pelo Marquês de Pombal.

Invasões francesas e revoluções Liberais

A aliança Portugal-Inglaterra, a mais antiga do mundo a nunca ter sido quebrada, segundo algumas fontes, e a dependência económica já referida, impediu o país de aderir ao bloqueio continental imposto pela França napoleónica em 1807. A

corte transfere-se para o Rio de Janeiro, antes da chegada das tropas francesas, que, com a ajuda dos ingleses, são repelidas em 1811. Mas a presença quer dos franceses, quer dos ingleses, bem como a ida de muitos portugueses para estrangeiro durante a guerra, tinha disseminado no país as ideias liberais, a que se juntou o descontentamento com o rei: a família real demorava em regressar do Brasil e os ingleses em partir, o rei tinha acabado com a exclusividade de Portugal no comércio com Brasil, fazendo a burguesia mercantil ressentir-se. Os portugueses sentiam-se esquecidos pelo próprio monarca. Até que rebentou, no Porto, em 1820, uma revolução que rapidamente se espalhou, sem resistência nos principais centros urbanos e com o apoio generalizado de vários sectores da sociedade portuguesa. As exigências eram o retorno imediato da corte à metrópole e o estabelecimento de uma monarquia constitucional.

O rei volta para Portugal. E em 1822 as Cortes aprovam uma Constituição que consagrava a soberania popular e a separação de poderes (em moldes que remetiam o rei para um papel simbólico, ao colocar o poder judicial nos tribunais, o poder executivo no governo e o legislativo num parlamento unicameral, eleito por sufrágio directo). No entanto, o príncipe herdeiro, D. Pedro, permanece no Brasil, apesar da ordem das Cortes para que voltasse, a fim de se educar na Europa. O braço de ferro termina quando o príncipe declara a independência do Brasil, em 1822. Portugal perdia assim a sua maior e mais importante colónia, que alguns consideravam já metrópole. Mas ganhava um país irmão de dimensão continental, sem sangue e sem traumatismo.

Com a morte do rei, em 1826, abre-se o problema da sucessão. D. Pedro, liberal, abdica do trono em favor de sua filha que casaria com o tio, D. Miguel, o qual já tentara por duas vezes restabelecer o absolutismo e se encontrava exilado. Outorga ainda uma nova Constituição que será jurada por ambos. A nova “Carta Constitucional” é menos liberal que a de 1822, atribuindo ao rei um poder moderador, de árbitro do sistema constitucional, ao conferir-lhe o poder de dissolver as cortes e ao reforçar o seu poder de veto. Por outro lado, a introdução de uma segunda câmara legislativa, onde estavam presentes a nobreza e o alto clero, procuravam granjear ao texto uma consensualidade reforçada. D. Miguel, no entanto, restabelece o absolutismo, dando início a uma guerra fratricida, que termina com a vitória de D. Pedro em 1834.

Apesar de ter tido uma vida agitada, com diversas modificações e com a vigência curta de uma outra constituição, a de 1838, a Carta acaba por se transformar num símbolo da monarquia constitucional portuguesa e da unidade nacional, funcionando como solução de compromisso num país dividido.

Regeneração e o fim da monarquia constitucional

Na segunda metade do séc. XIX, apesar da criação de infra-estruturas essenciais e da preocupação dos governantes com o desenvolvimento económico, este continua em grande medida adiado. São contraídos empréstimos para financiar o tão desejado relançamento da economia, que demora, com o aumento da dívida pública e a falta de reformas nos campos do conhecimento.

A nível internacional, o crescente interesse das potências europeias em África tornou claro que Portugal teria de redefinir a sua estratégia no continente, reclamando a soberania sobre os territórios situados entre Angola e Moçambique. Tal projecto colidia, no entanto, com as pretensões inglesas de ligar o Cabo ao Cairo. Após o ultimato britânico de 1890, a coroa portuguesa cede, dando origem a fortes contestações a uma monarquia já debilitada que tenta reagir num tom autoritário, e que

desembocaram primeiro na revolta republicana de 1891 e mais tarde no regicídio de 1908 e na implantação da República em 1910.

Primeira República

Os republicanos chegaram ao poder reunidos por um inimigo comum, a monarquia, mas rapidamente, com o fim desse elemento agregador, surgiram divergências. Como agravantes, estão as dificuldades económicas herdadas e as criadas pela participação na Primeira Guerra Mundial e o sistema parlamentarista imoderado que resultava da constituição aprovada em 1911. A política anti-clerical num país com fortes crenças religiosas terá também contribuído para diminuir uma base de apoio, que passou rapidamente de muito larga a muito estreita. O resultado foi um período de grande instabilidade entre 1910 e 1926, em que tomaram posse sete Parlamentos, dezasseis Presidentes da República e cinquenta Governos. É no entanto simplista dizer que a I República se resume a boas e grandes intenções, já que foram conseguidos alguns progressos sociais: foi reconhecido o direito dos trabalhadores a reunirem-se em sindicatos, a igualdade de género, foi reduzida a semana de trabalho para quarenta e oito horas semanais, criada protecção social para órfãos e mães solteiras e leis laborais de protecção das mulheres e menores, foi reconhecido o direito ao divórcio, proibida a censura e reconhecido o direito à greve, melhorado muitíssimo o acesso à escolaridade básica e criada uma rede de novos estabelecimentos de ensino por todo o país, etc.

Ditadura Militar

Este período de instabilidade tornou o povo receptivo a uma mudança de regime, que ocorreu através de um golpe de Estado, em 1926, dando início à ditadura militar nacionalista e anti-parlamentarista, mas sem um projecto para o país que não fosse a restauração da ordem pública. Dissolveram o Parlamento e suspenderam a Constituição de 1911. Mas a falta de soluções consensuais para sanar as contas públicas e levantar a economia levou os militares a deixar a governação a civis. Emergiu assim um Professor da Faculdade de Direito de Coimbra, Salazar, a quem convidaram para a pasta das Finanças e que mais tarde se guindou à Presidência do Conselho de Ministros, cargo semelhante (mas quiçá mais poderoso até) ao de Primeiro-ministro.

Estado Novo

Salazar reafirma-se como figura cimeira do regime com a aprovação em plebiscito da Constituição de 1933. Economicamente, conseguiu conter a despesa pública, obter um orçamento superavitário. Por outro lado, rejeitou a ajuda americana no pós-guerra, manteve uma política de condicionamento industrial, que resultava no monopólio de alguns grupos industriais e financeiros, apostou numa agricultura tradicional, numa política de desvalorização da moeda, com o fito de tornar competitivas exportações que não o eram, e adiou sempre o aumento da competitividade, contribuindo para o empobrecimento do país e este para a emigração.

Diplomaticamente, Salazar poupou Portugal ao drama da Segunda Guerra Mundial. Já politicamente criou um regime fascizante a que chamou “Estado Novo”, que definia como sendo uma “república corporativa”, caracterizada pelo corporativismo de Estado, anti-liberalismo, anti-democratismo e anti-parlamentarismo, e, obviamente, também anti-comunismo, pela desconfiança em relação ao estrangeiro, pela austeridade económica, pela valorização de uma mitologia tradicionalista da família, da religiosidade, da obediência aos superiores e da vida no campo. A repressão das liberdades, a

censura, a propaganda política permanente, as organizações de juventude, o culto de “Chefe” (embora muito mais discreto que Mussolini ou Hitler), a perseguição dos opositores políticos, o controlo dos meios de comunicação a violência da polícia política (PIDE) serviam de sustentáculo a um regime que recuava muito no reconhecimento de direitos, liberdades e garantias apesar do ritual de legitimação através de eleições em que a maioria das vezes sem oposição (com candidaturas muito cerceadas) e cujos resultados terão sido, em alguns casos, forjados. O regime acreditava que maior abertura significaria o fim dos valores tradicionais e de Portugal enquanto império colonial.

Com a descolonização, que teve lugar em numerosos países europeus após a Segunda Guerra Mundial, Portugal ficou cada vez mais isolado na comunidade internacional, algo que nem a entrada na NATO pôde evitar. Apoiados pelas superpotências, surgem movimentos independentistas em quase todos os territórios portugueses, dando início a uma guerra colonial em múltiplas frentes que consumia bens e vidas a um ritmo insustentável.

Para fugir à guerra, à perseguição política e à pobreza, num país estagnado, muitos emigram. França, Suíça, Alemanha, EUA, Brasil, Venezuela, Canadá e Luxemburgo são os destinos de pelo menos um milhão de portugueses.

Primavera Marcelista e Revolução dos Cravos

Em 1968, Salazar é afastado de funções em consequência de um acidente (no seguimento do qual haveria de morrer) e substituído por Marcelo Caetano, que protagoniza uma abertura do regime, embora tímida, conhecida como “Primavera Marcelista”. Essa abertura provoca apenas maior desejo de liberdade, num povo farto de uma guerra para a qual não se via um fim. No dia 25 de Abril de 1974, o Movimento das Forças Armadas toma de assalto alguns pontos estratégicos no Porto e em Lisboa, onde se haviam de entregar as figuras do regime sem derramamento de sangue. Os objectivos do movimento eram Democratizar, Descolonizar e Desenvolver. A revolução dos cravos deve o seu nome à flor que os soldados colocaram no cano das suas espingardas e tornou-se um símbolo da liberdade em Portugal. Nos dias seguintes, são libertados os presos políticos, extinguida a PIDE e a censura, legalizados os sindicatos e partidos clandestinos e regressam do exílio algumas das principais figuras da oposição ao regime, como Álvaro Cunhal, secretário-geral do partido comunista, e Mário Soares, secretário-geral do partido socialista. O primeiro de Maio é celebrado pela primeira vez em muitos anos nas ruas, numa manifestação em que alguns asseguram terem estado centenas de milhares de pessoas. Mas nessa mesma manifestação os comunistas procuram marginalizar os socialistas, começando um caminho que colocou o Portugal à beira da guerra civil.

PREC – Processo Revolucionário em Curso

Durante dois anos, o país viveu um período conturbado em que as vias democrática, colectivista e auto-gestionária se digladiaram, com o Movimento das Forças Armadas a servir tanto de árbitro, como de interveniente, como ainda de palco nessa luta. Sobretudo a partir do golpe / contra-golpe de 11 de Março, ainda mal esclarecido, foram nacionalizadas algumas das grandes empresas, ocupadas empresas pelos trabalhadores, ocupadas casas e terras pelos que não as tinham, perseguidos os apoiantes do antigo regime, cercados comícios e despedidas pessoas por motivos políticos, num período que ficou conhecido como PREC (Processo Revolucionário em Curso). O controlo da informação pelas forças esquerdistas era sufocante.

Descolonização

Internacionalmente, a revolução portuguesa terá inspirado outras, em que os revolucionários procuraram tomar o poder pacificamente. Sobretudo a Constituição de 1976 inspirou a espanhola de 1978 e muitas outras, de língua portuguesa. Pode dizer-se que a principal consequência internacional da revolução dos cravos foi a descolonização dos domínios no ultra-mar. Cabo-Verde, S. Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique e Guiné são entregues em negociações em que algumas das partes estariam de má fé, e sem que o negociador português, em muitos casos, tivesse meios de fazer cumprir no terreno a sua força, dada a saída das tropas desses territórios. As dificuldades no processo de descolonização, que deveria ter começado muito antes geram grande instabilidade política e em alguns casos prolongadas guerras civis. Caso especial é o de Timor-Leste, invadido pela Indonésia.

Internamente, a descolonização feriu o orgulho e a auto-imagem de muitos portugueses. Era o fim de um vasto império do qual sobravam apenas Macau, que viria a ser entregue à China em 1999, a Madeira e os Açores. Mas essa não foi a principal consequência. Portugal estava dependente das colónias, especialmente do que diz respeito a matérias-primas, e muitos portugueses e algumas das maiores empresas do país a trabalhar em território africano. Negociações que tiveram que ser rápidas, que deixaram o poder nas mãos de forças que não queriam a presença de portugueses no seu território, forçaram o seu regresso, muitas vezes até sem bagagens, a Portugal, dando origem ao problema dos “retornados”. No espaço de meses, chegaram a território nacional centenas de milhares sem casa, sem trabalho e muitos deles sem uma rede de protecção familiar que os impedisse de cair na miséria. Ao inundarem o mercado de trabalho, ocuparem casas e absorverem recursos do Estado, geraram alguma animosidade por parte dos portugueses que tinham permanecido na metrópole, que muitas vezes os viam como fascistas, racistas e escravagistas; símbolos de uma ordem de coisas que estava terminada. Mas a integração dos retornados acaba por ser facilitada por estes disporem de um espírito de iniciativa e uma escolaridade acima da média, contribuindo, afinal, para o desenvolvimento nacional.

Os erros do passado foram corrigidos, pelo menos até certo ponto, e Portugal mantém hoje relações de grande proximidade e amizade com os todos os países de língua oficial portuguesa, nomeadamente através da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa). Actualmente todos pacificados, os países da CPLP tornaram-se excelentes locais para investir graças à sua riqueza natural e/ou potencial turístico.

Estado de Direito Democrático

A instabilidade atenuou-se significativamente com a aprovação de uma nova Constituição, em 1976, por uma assembleia constituinte eleita por sufrágio universal, em que o Partido Socialista tinha grande peso. A Constituição de 76, ainda em vigor, foi aprovada por uma ampla maioria, apenas com os votos contra do Centro Democrático Social, e representa uma solução de compromisso entre as forças políticas. Consagra a separação de poderes, o Estado Social de Direito, uma democracia participada e um sistema político equilibrado.

Os anos seguintes são de estabilização política e económica. A presença da “bota militar” nos assuntos políticos acaba em 82, com a primeira revisão constitucional, a inflação começa a descer progressivamente, é contraído um empréstimo junto do FMI para regularização das contas públicas, cessa a febre das nacionalizações e, pelo contrário, começam a privatizar-se algumas das empresas nacionalizadas. Mário Soares aponta o caminho em direcção à Europa e Portugal entra com a Espanha, também recém-saída de uma ditadura, na CEE, em 1986.

Os fundos europeus permitem uma melhoria do nível de vida e a construção de melhores infra-estruturas; e a abertura das fronteiras trouxe mais competitividade ao mercado português. No entanto, Portugal continua sem resolver algumas deficiências estruturais. É hoje um país desenvolvido, economicamente próspero, politicamente estável e integrado na comunidade internacional, na União Europeia e na Zona Euro, mas que luta ainda para acompanhar o pelotão da frente.

Continuação

Desde pelo menos o séc. XIX que a questão da identidade nacional se tem posto. A integração europeia, o cosmopolitismo e a globalização são outros tantos motivos para continuar a re-pensar Portugal.